

ANÁLISE DE REDES NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL EM
CURITIBA: UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL COMO ESTRATÉGIA
METODOLÓGICA

Autoria: Luciene Stamato Delazari, Samira Kauchakje

RESUMO

O trabalho discute a pesquisa sobre rede de políticas de proteção social em Curitiba. São os atributos, práticas e posições relacionais de agentes sociais identificados nas esferas pública, privada e da sociedade civil organizada, num espaço definido, que permitem compreender uma rede social. Normalmente são utilizadas duas formas para representar a informação sobre padrões das relações entre os atores de uma rede: grafos e matrizes. O grafo consiste de pontos (nós) para representar os atores e arcos para representar as relações ou ligações. Tais representações não consideram a componente espacial, ou seja, as localizações dos atores na configuração da rede. Argumenta-se que as representações gráficas de redes sociais, considerando a sua localização espacial podem subsidiar as análises da formação, articulações e impacto social de uma rede social. As estratégias metodológicas tinham em vista o alcance dos seguintes objetivos: analisar a configuração de uma rede sociotécnica no campo das políticas de proteção social; e compreender suas interações e participação nos processos de implementação de políticas sociais. Portanto, o artigo discute as possíveis configurações e articulações de uma rede social na atualidade e, por outro, as estratégias metodológicas experimentadas para permitir identificar e analisar tal configuração.

1. INTRODUÇÃO

A configuração do espaço é um fenômeno histórico no qual políticas públicas constituem e são constituídas pelas posições de agentes sociais identificados em esferas públicas, do mercado, e da sociedade civil organizada. Ao se tratar dos municípios brasileiros, especialmente a partir dos anos 1980, observa-se, por um lado, experimentos de gestão municipal, tais como em Belo Horizonte, Porto Alegre ou Curitiba, e por outro, uma recorrência na literatura nos termos de defesa e busca por articulações entre agentes sociais como alternativas para (re) construção de identidades cívicas que possam influir sobre gestão municipal. Os arranjos de gestão visam a ampliação do número de pessoas e organizações políticas e sociais envolvidas na gestão da cidade e a agregação do conhecimento, distribuído de forma desordenada nas comunidades científicas, empresariais, na sociedade civil e nas comunidades locais, em busca de sua inclusão crescente nos processos de formulação e implementação de políticas públicas e de planejamento urbano.

Este artigo alinha-se à concepção de arranjos de gestão interpretados como condições de acesso de setores da sociedade civil no âmbito da administração pública, não apenas como mandatários, mas como sujeitos nas discussões e deliberações que definem o interesse público e a agenda pública. Porque participação social significa tanto intervir e direcionar os rumos da sociedade por meio de atuação em canais institucionais e no campo movimentalista, assim como tem o sentido de acesso e usufruto dos bens e recursos materiais e culturais socialmente produzidos.

A rede de proteção social é parte do processo de gestão política da riqueza social, por meio de implementação de programas e projetos sociais destinados a indivíduos, grupos, e coletividades em situação de exclusão nas cidades. Tais ações são realizadas por agentes em contínua interação e tensão na dinâmica das lutas que desencadeiam conquistas, ampliações e regressões históricas no campo dos direitos sociais (terra e habitação, saúde, educação, trabalho, segurança alimentar e assistência social). Observa-se o desenvolvimento de pesquisas sobre este processo, especialmente sobre rede de políticas públicas (MARQUES, 2000, 2003; FREY, 1996), entretanto, até o presente momento as articulações entre os agentes

sociais são apresentadas com base em grafos que representam as ligações entre tais agentes. Para o caso da pesquisa sobre a rede de proteção social que está sendo desenvolvida e é objeto de discussão deste artigo, o momento da análise contará com a utilização da informação espacial, numa abordagem inédita para avaliar as interações entre os diferentes atores. Isso porque, uma rede de proteção social possui dinâmicas e conflitos nas cooperações estabelecidas que se desenvolvem em localizações geográficas. A particularidade destas localizações pode sugerir sentidos e esclarecer a dinâmica das redes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas públicas e rede de direitos

Políticas públicas são formas de planejamento governamental que tem o objetivo coordenar os meios e recursos do Estado e, também, do setor privado, para a realização de ações relevantes e politicamente determinadas.

No âmbito administrativo as políticas públicas são setorializadas. Embora esta divisão seja útil em termos de compreensão de sua abrangência, alocação de recursos, controle e, também de ordenamento da gestão pública, isto não significa que elas são estanques. Ao contrário, como uma política pública está estreitamente vinculada à outra, a separação rígida entre elas - no planejamento, orçamento e execução - compromete o alcance da finalidade principal de todas elas individualmente e em conjunto, ou seja, promover condições concretas de cidadania.

Uma forma de setorialização de políticas públicas as distingue por afinidades temáticas e desmembramentos internos: ambientais, culturais, econômicas, sociais, de defesa de direitos específicos (Crianças, Adolescentes e Jovens, Idosos), infra-estrutura, e uso e ocupação do solo. No caso específico deste estudo, estão sendo consideradas as políticas sociais, a saber: assistência social, habitação, trabalho, saúde, educação e segurança alimentar.

A particularidade brasileira quanto aos compromissos sociais na gestão de políticas públicas pode ser capturada a partir dos padrões, tendências ou modalidades de gestão (FREY, 2003) que percorrem e se atualizam em diversos contextos sociais e períodos históricos: Gestão patrimonial; Gestão burocrático-legal; Gestão gerencial; Gestão democrático-participativa e; Gestão em rede (KAUCHAKJE 2007):

Estas configurações da gestão são tendências que se entrecruzam, perpassando a cultura política brasileira e influenciando, em maior ou menor medida, os parâmetros e decisões, predominante num marco histórico. Em traços gerais pode-se observar:

- a. gestão patrimonial. Fundamentada na própria formação sócio-histórica brasileira, caracterizada como a privatização das esferas do Estado no sentido do privilégio na direção da política e alocação de recursos de acordo com interesses particularizados;
- b. gestão burocrática-legal. Predominante no período da ditadura militar, em especial, entre as décadas 1970 e 1980, na qual as decisões no campo das políticas foram revestidas pela racionalidade tecnocrática, com aparência de neutralidade e objetividade;
- c. gestão gerencial: imprime na gestão pública os princípios da gestão empresarial, no bojo da hegemonia das práticas e ideologia neoliberal nas últimas décadas do século XX, questionando a eficiência do Estado e sua responsabilidade diante da questão social, trazendo, por exemplo, a transfiguração do cidadão em cliente, entre outros elementos da lógica da gestão relacionada ao fluxo do mercado e do consumo, tais como o incentivo e a administração da concorrência entre e internamente aos entes federados (estados, municípios) e das parcerias entre Estado e sociedade civil. Ao

mesmo tempo, traz inovações gerenciais e democráticas que se traduzem na centralidade do planejamento estratégico e, decorrente dele, a proposição da participação de atores sociais significativos;

- d. gestão democrático-participativa: objeto de reivindicação nos anos 1970, 1980 e 1990, esse modelo teve no marco legal da constituição de 1988 o assentamento de suas bases. A eleição de governantes comprometidos com os movimentos sociais populares (no legislativo e executivo em alguns municípios, estados e na esfera federal) trouxe uma expectativa de implementação dessa modalidade de gestão no Brasil. No mesmo período, o modelo foi desafiado pelo contexto econômico e ideológico internacional que corroía o sentido da participação em sua radicalidade, ou seja, participação no controle sócio-político e no acesso aos recursos econômicos e culturais locais e globais. Neste contexto, entretanto, apesar dos constrangimentos sócio-econômico e cultural interno e internacional, paradoxalmente, tem havido experimentos no âmbito da sociedade e nos mecanismos do Estado de inovações democráticas.
- e. gestão em rede: apresenta uma maleabilidade combinando-se tanto com o modelo gerencial, quanto com o participativo. Apesar de sua proposta não ser recente, tem sido inovadora para a cultura da gestão de políticas públicas brasileira ao colocar como pauta central ultrapassar o traço histórico de ações políticas fragmentadas, sobrepostas e principalmente que não articulam as dimensões e sujeitos locais, regionais e globais. Pode-se admitir que a gestão de políticas públicas em rede é uma estratégia de enfrentamento da questão social, visando ampliar seu impacto e a superação do trabalho setorializado e paralelo. Isto porque, na perspectiva de rede, cada política setorial (habitação, saúde, cultura, assistência, economia, etc) está interfacetada, assim como tem sua rede própria inserida na malha de redes em diferentes modalidades (de atores, de programas, movimentalista, de solidariedade, entre outras), permitindo um novo modo de exercício do poder e da relação entre governo e sociedade civil.

Neste artigo será dada especial atenção à modalidade de gestão em rede, considerando que a pesquisa trata de rede de organizações públicas, organizações não governamentais e movimentos sociais. As redes sociais hoje são compreendidas como “comunidades, virtual ou presencialmente constituídas” que operam em escala local, regional, nacional e internacional, com o objetivo de troca de informações, “articulação institucional e política e para a implementação de projetos comuns” (RITS, 2006). Dito de outro modo, as ONGs se articulam com movimentos sociais em “redes e fóruns, locais, regionais, nacionais ou internacionais. As redes podem se articular em torno de pontos comuns, como por exemplo, uma ação coletiva, temas ou identidades” (ABONG, 2006).

Castells (1999) avalia o impacto das tecnologias de informação e comunicação na reorganização da sociedade atual (no âmbito da cultura, da econômica e dos movimentos sociais, por exemplo), configurada como sociedade em rede. Para ele está em curso uma “revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação” que “esta remodelando a base material da sociedade”.

Esta pesquisa tratou especificamente de rede de organizações sociais locais (Curitiba), articulada a organizações nacionais e internacionais envolvidas em atividades relativas a assistência social, saúde, habitação, trabalho, segurança alimentar e educação. Seus enlaces foram capturados nos sites da internet. Quer dizer, a rede se serve da internet e das tramas de hiperlinks (hiperenlaces) para explicitar, estabelecer ou ampliar suas formas de cooperação e coordenação social e política no campo da proteção social.

A literatura e pesquisas sobre gestão pública municipal, sobretudo a partir dos anos 1980, têm buscado demonstrar novas configurações de agentes sociais como alternativas para (re)construção de identidades cívicas influenciando sobre formas de governança. Nesta esteira encontram-se os debates de diferentes tons ideológicos e teóricos sobre governança social negociada (HIRST, 2000); experimentos participativos na gestão pública (AVRITZER e NAVARRO, 2002); estilos de gestão pública, com ênfase na gestão em rede (FREY, 1996); ampliação do número de pessoas e organizações políticas e sociais envolvidos na formulação e implementação de políticas e de planejamento urbano (PIERRE 2000; KICKERT. et al, 1999) e; sobre novas formas de governança urbana, baseadas no princípio da organização em rede (COHEN, 2006). Tais arranjos de gestão têm sido interpretados como condições de acesso de setores da sociedade civil no âmbito da administração pública, não apenas como mandatários, mas como sujeitos nas discussões e deliberações que definem o interesse público e a agenda pública.

Especialmente as organizações não governamentais - ONGs - têm sido compreendidas como forma de enfrentamento do novo desenho internacional, que alinha o processo de globalização financeira à localização da questão social gerada globalmente - pobreza, discriminação étnico-cultural, preconceito de gênero, precarização do trabalho, violação dos direitos humanos e problemas sócio-ambientais - apresentando projetos de desenvolvimento social. Entretanto este universo não é homogêneo e as características que uma gestão ou projeto social, realizado em conjunto com estas organizações, adquire, se relaciona com as características das próprias ONGs envolvidas (GOHN, 2000; SCHERER-WARREM, 1996; KAUCHAKJE, 2007). Neste sentido as ONGs podem ser classificadas de acordo com os seguintes tipos:

- a) Movimentalistas - no geral têm relações com movimentos sociais mas também podem estar articuladas a setores de partidos políticos, igrejas e empresas cujos propósitos sócio-políticos vão em direção à democratização social e política;
- b) Filantrópicas - associações que têm missão e motivação humanitária para a ajuda e proteção aos considerados necessitados e carentes. Podem ser laicas ou confessionais;
- c) Confessionais - associações que atuam orientadas por princípios religiosos, em especial da caridade, numa relação estreita com igrejas e;
- d) Empresariais - associações vinculadas às ações de responsabilidade social empresarial, que no geral, atuam em projetos de cunho humanitário e em ações socioambientais.

Assim, numa rede de proteção social existem impactos contraditórios decorrentes da parceria público-privado, representada pela relação entre Estado e ONGs: por um lado a não responsabilidade do Estado quanto ao investimento de recursos financeiros, políticos, humanos e legais em políticas e programas sociais; por outro, o aprofundamento da sensibilidade social e da solidariedade comunitária; além de haver a possibilidade de fortalecimento de agentes sociais motivados pelo horizonte da construção de uma nova sociabilidade assentada na justiça social (KAUCHAKJE, 2004).

Deste modo, a análise da rede de proteção social deve considerar a diferença entre:

- a) Projetos e atividades sociais sob responsabilidade principal do Estado (mesmo que compartilhada e com o controle da sociedade civil organizada) que, tendencialmente se inserem no código cultural e normativo-legal da solidariedade política que transita na esfera dos direitos de cidadania; e,
- b) Ações sociais de responsabilidade dos setores organizados da sociedade civil que podem se misturam com códigos da solidariedade humanitária-privada que transita na esfera da caridade e da ajuda, trazendo o risco de que direitos sejam (re) transfigurados em benesses.

2.2 Análise de redes sociais sob o ponto de vista das representações espaciais

Normalmente, os analistas de redes sociais utilizam duas formas para representar a informação sobre padrões das relações entre os atores de uma rede: grafos e matrizes. O grafo consiste de pontos (nós) para representar os atores e arcos para representar as relações ou ligações. Estes grafos são chamados de sociogramas. A figura 1, extraída dos resultados preliminares da pesquisa, apresenta um grafo gerado pelo programa UCINET (<http://www.analytictech.com/>), com a respectiva tabela de atores.

Id	Nome
1	COEPPR – Comitê de Entidades no Combate a fome e Pela Vida
2	Secretaria Municipal do Abastecimento de Curitiba
3	Pastoral da Criança
4	SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
5	CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
9	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba
14	SESA - Secretaria de Saúde
15	UTP - Universidade Tuiuti do Paraná
16	SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
19	Itaipu Binacional
21	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
22	UFPR - Universidade Federal do Paraná
23	Fundepar
26	Correios
29	UTFPR - Universidade Tecnológica do Paraná
27	Emater
32	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná
30	Copel
31	SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
33	Forum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná
34	CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná
39	HSBC Bank do Brasil
41	Kraft Foods do Brasil
48	Federação das APAES
52	Casa da Moeda do Brasil

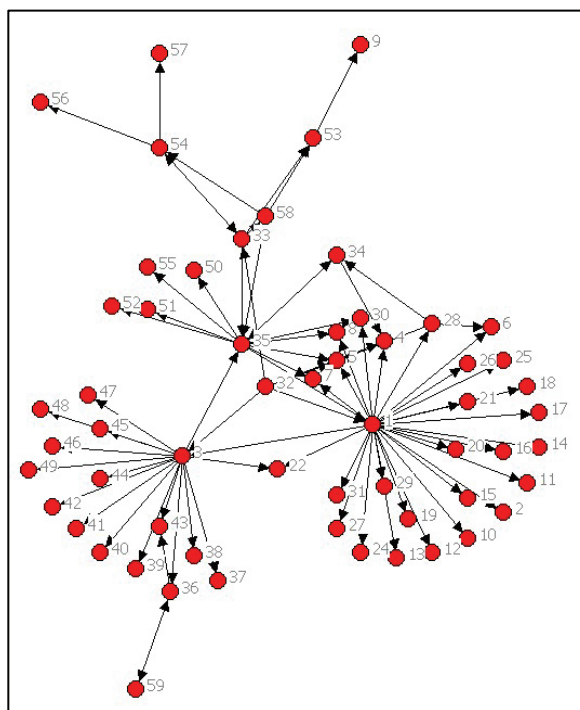


Fig. 1 – Representação da rede social de Segurança Alimentar em Curitiba, gerada pelo programa UCINET e a respectiva lista de atores

A maior diferença entre dados convencionais e dados de redes é que os dados convencionais possuem foco nos atores e atributos, enquanto que os dados de redes possuem foco nos atores e suas relações. As análises de redes enfatizam as relações entre os atores, o que significa que estes normalmente não são amostrados independentemente, como no caso de outros tipos de dados.

As representações sob a forma de grafos apresentam dois problemas: (1) as localizações espaciais dos nós da rede não são representadas e (2) as soluções gráficas não são definidas de maneira a representar os atributos dos componentes dos grafos. Estes problemas necessitam de solução pois:

a) a representação das localizações espaciais é necessária para as análises de conhecimento sobre as relações de proximidade e vizinhança. A representação dos atributos

(características) dos componentes dos grafos é necessária para as análises de agrupamentos e dispersões, tendências, regiões de influências, entre outras.

b) as localizações espaciais permitem conhecer fluxos em termos de regiões de influência culturais, políticas e econômicas na dinâmica das articulações das redes sociais.

c) a espacialização da rede e dos tipos de enlaces pode indicar uma espécie de divisão de trabalho internacional e local, e mesmo a maior capacidade de coordenar e concentrar recursos e meios (financeiros e humanos, em especial) para a realização ou apoio a ações sociais.

Um conceito importante para avaliação das redes é o de centralidade. Segundo Marteleto (2001), calcular a centralidade de um ator significa identificar a posição em que ele se encontra em relação às trocas e à comunicação na rede. Quanto mais central é um indivíduo, melhor posicionado está em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta o seu poder na rede.

As medidas de centralidade podem ser divididas em três tipos (Marteleto, 2001): centralidade da informação, centralidade de proximidade e centralidade e intermediação. Na centralidade da informação um indivíduo é central em relação à informação quando, por seu posicionamento, recebe informações vindas da maior parte do ambiente da rede. A centralidade de proximidade está relacionada ao menor caminho que o ator precisa percorrer para alcançar os outros elos da rede, ou seja, quanto menor este caminho, mais central é o indivíduo. Por fim, a centralidade de intermediação consiste no potencial daqueles que servem de intermediários; calcula o quanto um ator facilita o fluxo de informação de uma determinada rede.

3. METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa é realizado por meio da pesquisa empírica, com as seguintes técnicas e instrumentos:

- para a coleta de dados: entrevista estruturada, análise de documentos e pesquisa em sites na Internet;
- para as proposições: projeto e apresentação de soluções gráficas para representação das redes sociais, utilizando softwares específicos para geração de mapas;
- para a análise: sistematização dos resultados e verificação da eficiência das representações propostas.

3.1 Coleta de dados e representação gráfica da rede de proteção social na cidade.

Para a identificação da rede de agentes sociais a pesquisa adaptou os procedimentos metodológicos desenvolvidos por Kauchakje, Penna, Frey e Duarte (2006), que centra a coleta de dados em sítios da Internet. Considera-se que na *WEB* os agentes sociais se articulam em redes temáticas, por identidade e para realização de projetos, também se referenciam em links. Estas inter-relações têm as seguintes características:

- Parceria temática: constituída pelos atores que expressam certa constância de propósitos declarados, tanto em termos de missão/tema das ações quanto de objetivos. Estes atores, não precisam necessariamente compartilhar valores, ideários, concepções políticas, causas ou projetos sociais, mas têm suas atividades direcionadas para a mesma temática ou política;
- Parceria identitária: atuação no mesmo campo temático com compartilhamento de valores, ideários, concepções políticas, causas sociais e ou projetos societários. Sugere laços fortes de longa duração e permanência de articulação;
- Parceria em projeto: expressa cooperação mútua em programas, projetos, ações e iniciativas conjuntas ações coordenadas entre atores que estão sendo concretamente desenvolvidas nas cidades pesquisadas. Os parceiros em projeto, ao menos durante o

seu desenvolvimento, costumam ser parceiros temáticos, mas não necessariamente ideológicos. No caso dos patrocinadores/apoiadores de projetos esta parceria pode ser temporalmente limitada à duração do projeto ou das ações desenvolvidas. Sugere a existência de laços entre os agentes sociais, que podem ser fortes ou fracos, permanentes ou temporárias, que se estabelecem, no mínimo, durante o desenvolvimento da ação/projeto enunciado;

- Parcerias de apoio e colaboração: são relações organizações sociais em que as inter-relações se baseiam na disponibilização de recursos financeiros ou de outra espécie;
- Hyperlinks de referência: apresentam relações de referência sobre o campo de interesse, valores e universo temático das organizações entre si.

De acordo com os autores citados a proposta metodológica possui dois momentos entrelaçados e distintos: os procedimentos de coleta e representação dos dados e informações e os procedimentos de análise, subdivididos nos seguintes itens:

- a) Seleção da temática no âmbito dos direitos sociais com o recorte territorial;
- b) Busca na Internet de organizações sociais referentes à temática;
- c) Definição dos atores mais significativos;
- d) Reconhecimento em cada sítio dos atores de ações e projetos comuns, articulações temáticas e identitárias e apoios-colaboradores locais (técnica Bola de Neve) (KAUCHAKJE et al. 2006);
- e) Representação da rede identificada em grafos e mapas (DELAZARI; KAUCHAKJE; PENNA, 2005)
- f) Análise a partir dos pontos de partida teóricos que permitem a atribuição de seu significado pelo pesquisador.

3.2 Representação espacial das redes sociais

A primeira etapa da realização de um projeto cartográfico é o entendimento das necessidades do usuário, que permite identificar como os especialistas em redes sociais utilizam os grafos e as tabelas e quais são as análises que precisam realizar. Esta etapa consistiu de entrevistas com os usuários, e da utilização dos grafos gerados com o programa UCINET, quando foi possível identificar as seguintes análises a serem conduzidas sobre as redes:

- a) A visualização das localizações espaciais dos atores e suas ligações. Os grafos apresentam a rede como um aglomerado sem relações de proximidade ou vizinhança entre os atores. Com os mapas o usuário poderá analisar esta distribuição;
- b) A concentração de atores em determinadas regiões, o que permitirá verificar e entender porque algumas regiões são melhor assistidas do que outras. Além disso, será possível planejar a instalação de novos atores em locais sem assistência social;
- c) O tipo de atores para cada região o que permitirá analisar quais regiões são atendidas por organizações governamentais ou não-governamentais;
- d) As ligações entre os atores considerando sua localização espacial. Isso permitirá visualizar as ligações e distâncias;
- e) A representação das ligações entre atores considerando as diferentes esferas de governo: municipal, estadual ou federal;
- f) As centralidades que permitirão visualizar quais atores são mais significantes e influentes.

Conhecidas as análises realizadas pelos usuários, é possível definir as informações a serem representadas nos grafos, bem como seus significados e características. O conhecimento das características das informações analisadas permite sua sistematização e a definição dos critérios para a classificação destas informações. Nesta fase é possível, então,

estabelecer as escalas de análise e discriminar quais mapas serão gerados. Para cada mapa, as soluções gráficas são definidas a partir dos princípios de linguagem cartográfica. São definidas as escalas e as dimensionalidades da representação.

Considerando que a rede de proteção social em Curitiba foi definida tendo por base seis direitos - Educação, Trabalho, Assistência Social, Saúde, Segurança Alimentar e Habitação - para cada um será construído um conjunto de representações sobre as articulações das organizações sociais envolvidas em sua implementação (rede de direitos à proteção social). Inicialmente as representações apresentam as características dos agentes sociais/atores em suas localizações específicas. Para o Município de Curitiba são apresentadas a divisas de Regionais, divisas de bairros, e as localizações dos atores com suas respectivas classificações. Como exemplo tem-se as seguintes situaçõesⁱ:

- Representação do tipo de organização juntamente com o tipo de enlace. Na figura 2, abaixo, é apresentada a legenda que será utilizada para representar estas informações.
- As organizações não-governamentais são classificadas em filantrópicas, filantrópicas confessionais, empresariais, relacionadas ao Estadoⁱⁱ e movimentalistas, conforme a figura 2 abaixo.



Fig. 2 – Legenda da tipologia das organizações (governamentais e não governamentais) e dos enlaces

- A representação da centralidade, sendo que para cada setor, devem ser geradas 3 representações (centralidade em grau, de informação e de intermediação). A figura 4 apresenta a centralidade de informação, a título de exemplo.

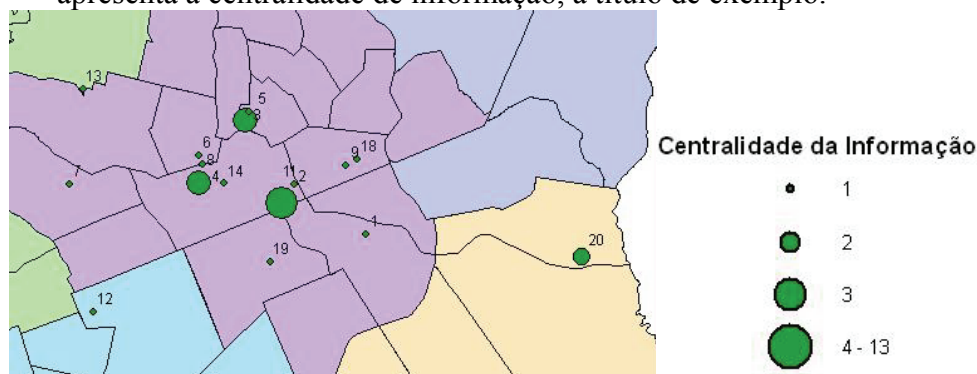


Fig. 4 – Centralidade da informação para o direito à segurança alimentar em Curitiba

- A representação das ligações entre os atores e tipos de organizações, como apresentadas na figura 5.

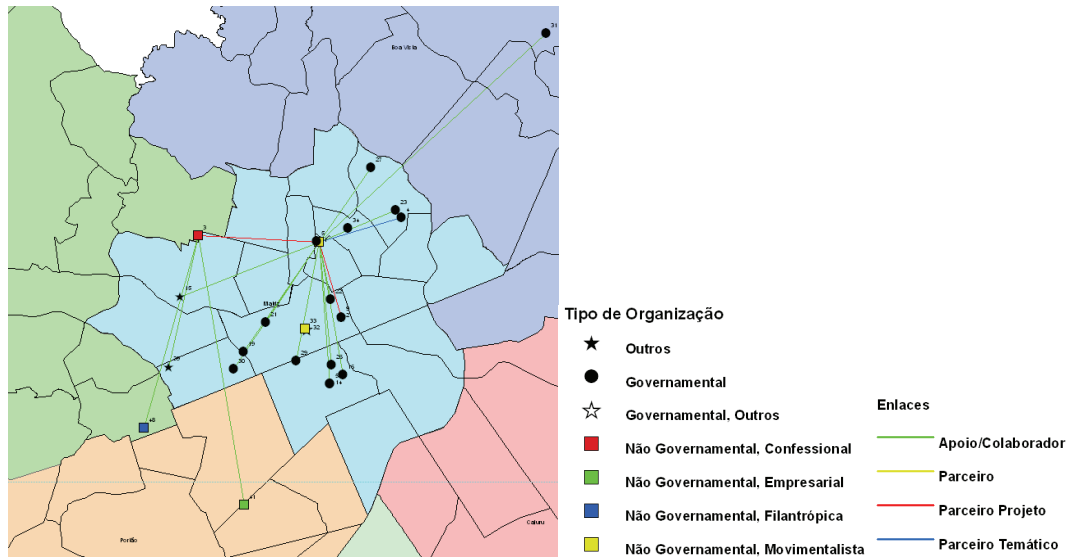


Fig. 5 – Tipologia dos atores e suas ligações para o direito à segurança alimentar em Curitiba

3.3 Análises

Entre as redes sociais identificadas na pesquisa exemplificam-se as interpretações imediatas possibilitadas pela representação espacial da rede de segurança alimentar (figuras 4 e 5). Esta é uma rede em que são numerosas as organizações governamentais ou estreitamente ligadas ao Estado, seguidas dos Conselhos e Fóruns e em número menor estão as organizações empresariais e humanitárias. Conforme a figura 4 a maioria das organizações está localizada na regional Matriz, nos Bairros Centros e Rebouças, basicamente, havendo ainda algumas nos bairros Mercês, Batel, Centro Cívico, Alto da Glória, Juvevê e Cabral. São áreas tradicionais e valorizadas em termos imobiliários e com concentração de serviços e equipamentos públicos de qualidade. Observa-se uma empresa no bairro Água Verde, uma entidade filantrópica no Seminário e um órgão do governo do Estado do Paraná no bairro Santa Cândida.

Das localidades em que as organizações da redesociotécnica da segurança alimentar se situam em Curitiba a que tem o maior número de famílias com renda de até 3 salários mínimos é Santa Cândida. Um dos melhores bairros em termos de renda e serviços de Curitiba é o Cabral, todavia, nele a desigualdade é expressa pelo fato de que quase 19% das famílias não têm rendimento (quando a média em Curitiba é em torno de 4%).

A figura 5 demonstra, especialmente, que a parceria por projetos ocorre entre uma ONG de caráter confessional e duas organizações governamentais. O restante das alianças é por afinidade temática.

A rede de segurança alimentar tem o predomínio das organizações governamentais ou ligadas ao Estado, inclusive na articulação em projetos. É recente no Brasil o entendimento da segurança alimentar como direito assegurado por uma política pública. A construção desta concepção esteve ligada a movimentos sociais e ONGs movimentalistas como o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), a ações de educação alimentar e emergenciais de distribuição como da Pastoral da Criança e, a agenda governamental no governo Lula, em especial, com o Programa Fome Zero. Esta construção com agentes diferentemente posicionados nas esferas sociais e políticas e suas articulações e ramificações, embora com convergências importantes quanto a urgência do asseguramento deste direito, explica, em parte, o desenho e organizações envolvidas na rede sociotécnica da segurança alimentar.

A visualização da localização das organizações espaciais permite refletir sobre os dados referentes ao tipo de organização predominante em cada localidade bem como ao tipo de enlace. Com isto pode-se buscar conhecer as características e especificidades espaciais (neste caso as divisões regionais e bairros curitibanos) para estabelecer relações analíticas e explicativas sobre predominância, em certos lugares, de organizações de caráter movimentalista ou filantrópico ou acerto sobre parcerias temáticas ou para elaboração de projetos, por exemplo. Ao mesmo tempo, a representação da rede nos mapas temáticos possibilita a apreensão da possível influência da configuração cultural e sócio-econômica da localidade sobre as características das organizações ali presentes, e também, o impacto destas organizações sobre a configuração do espaço. Os tipos de enlaces e de ONGs localizadas espacialmente podem indicar uma espécie de divisão de trabalho internacional e local, e mesmo a maior capacidade de coordenar e concentrar recursos e meios (financeiros e humanos, em especial) para a realização ou apoio a ações sociais.

Em síntese, considera-se que o espaço não é apenas um continente das ações e de localização das organizações, mas que suas especificidades fazem diferença nas características que uma rede social possa adquirir, da mesma forma que a rede pode influir na configuração do espaço.

O espaço não consiste apenas dos lugares sociais de realização das ações institucionais, da presença do Estado e de organizações não governamentais, mas também o espaço do mundo da vida, no qual se concretizam as relações de construção da existência física, econômica, cultural e social e suas respectivas representações. Considera-se, portanto, a noção de Milton Santos (1997) de que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação.

4. CONCLUSÕES

A utilização da informação espacial pode ser uma estratégia metodológica para análise de rede de direito à proteção social em Curitiba. Esta análise tem como substrato a busca de compreensão sobre a gestão, em municípios, de políticas relativas aos direitos sociais. As características desta gestão, em parte dependem, por sua vez das características da participação em rede de agentes sociais articulados e de sua capacidade como força política.

A informação espacial fornece subsídios importantes sobre tais características e sobre impactos das ações destes agentes sociais nas desigualdades sócio-espaciais e, portanto na configuração espacial; a sua potência social e cultural em se constituir como campo movimentalista em rede que ultrapassa localidades; e se este setor da rede identificada, assim como outros similares, tem força política ou intencionalidade de controle e fortalecimento de um Estado (em arranjos locais e globalizado) a quem compete políticas que estabelecem a mediação das relações sociais fundadas na perspectiva civilizatória. Perspectiva de garantia para todos (num reconhecimento e incorporação do outro) das aquisições materiais e imateriais admitidas como condição de vida humana num certo estágio social. Numa palavra, tal representação contribui para a compreensão da formação, articulações e impacto de uma rede social na democratização social, em particular da cidade, no sentido da participação e do exercício de direitos.

7. Referências Bibliográficas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Disponível em <www.abong.org.br>. Acesso em 03-out-2006.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (orgs.). **A inovação democrática**. São Paulo: Cortez, 2003.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. (A era da informação, sociedade e cultura: v1). São Paulo: Paz e Terra, 1999
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COHEN, T. T. Egler. Contribución metodológica para la investigación de redes tecnosociales. **Pre-til**. Bogota, n.12, pp.10-27. 2006
- DELAZARI, L. S.; KAUCHAKJE, S.; PENNA, M. C. Sistema de Informação Geográfica da Política de Assistência Social do Paraná. **Anais do XXII Congresso Brasileiro de Cartografia**, 2005, Macaé, 2005. v. 1.
- FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- FREY, K. **Crise do Estado e estilos de gestão municipal**. Lua Nova, São Paulo, n.37, pp.107-138. 1996
- FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação. **Sociologia & Política**, n.21, p.165-185, nov. 2003.
- GOHN, M.G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000
- GOHN, M.da G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo;Cortez, 2001.
- HIRST, P. Democracy and governance. In: Jon Pierre (ed.): **Debating governance: authority, steering and democracy**. Oxford University Press: New York, pp. 13-35. 2000
- KAUCHAKJE, S. Gestão e controle de políticas públicas: participação social no Brasil contemporâneo. **Revista Humanas**. UFRGS, vol.26/27, n.1/2, 2004/2005.p. 231-249.
- KAUCHAKJE, S. Alternatives pour recomposer les liens sociaux et la civilité dans les rapports sociétaires au Brésil. **Res Socialis**. Fribourg Suisse, vol. 24:165-178. 2005
- KAUCHAKJE, S. **Gestão Pública de Serviços Sociais**, Curitiba-PR: IBPEX, 2007
- KAUCHAKJE, S.; PENNA, M.C.; FREY, K.; DUARTE, F. Redes socio-técnicas y participación ciudadana: propuestas conceptuales y analíticas para el uso de las TIC's. In; **Redes- Revista hispana para el análisis de redes sociales**. Vol.11, 3, Diciembre 2006. Disponível em: < <http://revista-redes.rediris.es> >. Acesso em: 10-jan2006.
- KICKERT, W. et al. **Managing complex networks: strategies for the public sector**. London: Sage. 1999
- MARQUES, E. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- MARQUES, E. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, v.30, n.1, jan./abr. 2001. p.71-81.
- PIERRE, J. (org.). **Debating governance: authority, steering and democracy**. New York: Oxford University Press. 2000
- RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor. Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm>. Acesso em 03-out-2006.
- RODRIGUES, L. C.; MUSTARO, P. N. **Levantamento de características referentes à análise de redes sociais nas comunidades virtuais brasileiras de jogos on-line**.

Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Departamento de Ciência da Computação. 2006. <<http://www.sbc.org.br/bibliotecadigital/download.php?paper=560>> Acesso em: 18 abr 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo.** Razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002

SCHERERWARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1996

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado.** Dossiê Movimentos sociais. Brasília, v. 21, n.1, pp.109-130. 2006

TOURAINÉ, A. (2006). **Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado.** Dossiê Movimentos sociais. Brasília, v. 21, n.1, pp.17-28.

ⁱ Cabe ressaltar que não se espera apresentar a totalidade das análises propostas em função de serem ainda resultados preliminares.

ⁱⁱ Um exemplo desta vinculação, ainda que indireta, é a ONG Moradia e Cidadania organizada por funcionários e com o apoio da Caixa Econômica Federal.